

PARTICIPAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO CURSO PRÉ-VESTIBULAR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ- UNIOESTE

Ana Paula da Silva Leonel  0000-0002-4489-4339

Letícia Nunes Goulart  0000-0003-2290-269X

Lindomar Lindolfo Steffen  0000-0002-0245-9603

Luís Demétrio Broetto  0000-0002-1165-5075

Sophia Castilho Steffen  0000-0002-6937-3863

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: O presente artigo trata da importância do curso pré-vestibular da UNIOESTE para a promoção da inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior. Este é um estudo qualitativo de cunho histórico, bibliográfico e com relatos de experiência. A Unioeste está comemorando 25 anos da implantação de seu Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Discute-se ações no campo educacional que fomentam legislações e diretrizes culminando na reserva de 5% de vagas para pessoas com deficiência a partir do vestibular de 2022. O curso pré-vestibular criado em 2007 tem como objetivo atender alunos de baixa renda que concluíram ou estão concluindo o ensino médio, e garantir a participação da pessoa com deficiência. Os diversos relatos de profissionais do PEE descrevem a importância desse programa que promove condições de inclusão e permanência da pessoa com deficiência na universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Educação Especial; Teoria Histórico-Cultural, Atendimento Educacional Especializado.

PARTICIPATION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE UNIOESTE PRE-VESTIBULAR COURSE

ABSTRACT: This article deals with the importance of the pre-vestibular course at the UNIOESTE for promoting the inclusion of people with disabilities in Higher Education. This is a qualitative study of a historical, bibliographic nature and with experience reports. Unioeste is celebrating 25 years since the implementation of its Institutional Program of Actions Relating to People with Special Needs (PEE). It discusses actions in the educational field that foster legislation and guidelines are discussed, culminating in the reservation of 5% of vacancies for people with disabilities as of the 2022 vestibular. The pre-vestibular course created in 2007 has the objective of serving low-income students who have concluded or are concluding high school, and to ensure the participation of people with disabilities. The several reports from PEE professionals describe the importance of this program, which promotes conditions for the inclusion and permanence of people with disabilities in the university.

KEYWORDS: Special Education Program; Historical-Cultural theory; Specialized Educational Services.



1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todas as pessoas, garantido por lei independentemente de etnia, gênero, denominadores sociais, idade, religião, pessoa com ou sem deficiência. O acesso ao conhecimento produzido pela humanidade em diversos momentos da história foi restrito a pequenos grupos dominantes. No ensino superior, não foi diferente. O ingresso da pessoa com deficiência à Universidade ocorreu apenas nas últimas décadas e com inúmeras barreiras a serem superadas, como mostraremos neste artigo, que trata do acesso da pessoa com deficiência à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, por meio do curso pré-vestibular ofertado por essa instituição. O objetivo é evidenciar a experiência, os desafios, as barreiras, as sugestões e demais situações vivenciadas por uma pessoa com deficiência participante do curso pré-vestibular.

Para isso, partimos de um breve passeio na história, para embasar esse trabalho das dificuldades historicamente enfrentadas pela pessoa com deficiência no acesso à educação.

Na sequência, discutiremos ações no campo educacional que fomentaram legislações e diretrizes que culminaram na reserva de vagas para pessoa com deficiência no vestibular. A UNIOESTE além de manter a reserva de vagas proposta por lei, estabeleceu que deveria destinar 5% por curso além das vagas de ampla concorrência para pessoas com deficiência, iniciando no vestibular de 2022. Além das vagas, a pessoa com deficiência também pode contar com o apoio do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Deficiência (PEE) no Atendimento Educacional Especializado - AEE em suas necessidades educacionais, bem como, no caso da pessoa surda, com o intérprete de libras

O trabalho será apresentado na forma de relato de alguns profissionais que trabalharam no atendimento de alunos com deficiência no curso pré-vestibular e de um aluno com deficiência participante do curso.



2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A presença da pessoa com deficiência nas instituições de ensino é algo recente. Diversos foram os obstáculos por ela enfrentados para poder ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade. Historicamente, a pessoa com deficiência encontrou barreiras desde as arquitetônicas às mais complexas, como a permanência em sociedade, ultrapassando as fronteiras das discriminações.

Segundo Aranha (2005), são poucas as informações ou registros de pessoas com deficiência na Antiguidade. Nesse período “[...] a **organização sociopolítica** se fundamentava no poder absoluto de uma minoria, associada à absoluta exclusão dos demais das instâncias decisórias e administrativas da vida em sociedade” (p. 6, grifos da autora). A população, na maioria escrava era utilizada nas funções servis e vivia basicamente das sobras dos senhores. “Nesse contexto, a **pessoa diferente**, com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, era praticamente exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral”. (ARANHA, 2005, p. 7, grifos da autora). As pessoas com deficiência eram ignoradas e deixadas à própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humana, da mesma forma que, algumas delas continuavam a ser aproveitadas “[...] como fonte de diversão, como bobos da corte, como material de exposição, etc.” (ARANHA, 2005, p. 9, grifos da autora).

Aranha (2001) afirma, ainda, que a relação da sociedade com a parcela da população constituída pelas pessoas com deficiência “[...] tem se modificado no decorrer dos tempos, *tanto* no que se refere aos pressupostos filosóficos que a determinam e permeiam, *como* no conjunto de práticas nas quais ela se objetiva”. (p. 160, grifos da autora).

Rodrigues e Lima (2017), assim como com Aranha (2005) salientam que na antiguidade as pessoas que faziam parte do “populacho” tinham suas vidas limitadas a atender as necessidades da nobreza. Nessa estrutura social



excludente “[...] a pessoa deficiente, era excluída em razão da sua deficiência, associada a uma ‘ineficiência’, pois não seria ‘produtiva’ para a nobreza e não necessitava de acesso ao conhecimento. Assim, nada podia ser feito, e só restava a aceitação dessa condição” (ARANHA, 2005, p. 23, grifos das autoras).

Na Idade Média, “Pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetadas (provavelmente deficientes físicos, sensoriais e mentais), em função da assunção das ideias cristãs, não mais podiam ser exterminadas, já que também eram criaturas de Deus” (ARANHA, 2005, p. 8). As formas de tratamento às pessoas com deficiência; por vezes eram objeto de caridade, outras perseguidas e punidas até a morte, consideradas insignificantes e sem qualquer atuação social (PESSOTI, 1984; BIANCHETTI, 1995; ARANHA, 2001; 2005).

O período é marcado por acontecimentos, tais como: os conflitos internos na Igreja Católica, que deram origem à Igreja Protestante com a dissidência de Martinho Lutero e seus seguidores e a existência de um sistema de produção baseado principalmente na agricultura (ARANHA, 2001). Lutero propôs a educação para todos, pois entendia que todo ser humano deveria estar preparado para receber o reino dos céus pós morte e a educação seria o passaporte para essa transição, sendo necessária alcançar todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência.

As perseguições e o extermínio de pessoas dissidentes da Igreja Católica consideradas hereges ou endemoninhadas, também foram eventos marcantes como descreve Aranha (2005, p. 10):

Há, inclusive, documentos papais determinando os procedimentos a serem adotados pelo clero para identificarem essas pessoas e junto a elas “tomarem providências”, tais como torturas e outras punições severas, que incluíam até a morte pela fogueira. Documentos da Igreja, que tinham a função de orientar os membros do clero para identificarem e interrogarem os suspeitos de heresia, eram claramente ameaçadores e perigosos para as pessoas com deficiência, e dentre essas, especialmente para as pessoas com deficiência mental (grifos da autora).



Nessa conjuntura, o clero, com o advento da Idade Média, alçado ao cenário político, apoia-se nos preceitos bíblicos, com a finalidade de salvação da alma, restando ao “corpo doente”, a condenação. O clero assume cada vez maior poder político, econômico e social; provenientes do poder maior que detinham de excomungar aqueles que os desagradassem, vedando, assim, sua entrada nos céus (ARANHA, 2005). No que diz respeito às pessoas com deficiência, os membros do clero “[...] concebiam a deficiência como fenômenos metafísicos, de natureza negativa, ligados à rejeição de Deus, através do pecado, ou à possessão demoníaca” (ARANHA, 2001, p. 163).

Rodrigues e Lima (2017) apontam que a partir do declínio do poder religioso altera-se a ordem social no final da Idade Média por meio da exploração e mercantilização de produtos; a revolução burguesa, diferentemente do sistema feudal, condiciona os operários a venderem sua força de trabalho aos donos dos meios de produção (ARANHA, 2005). Nesse cenário, a decadência da Igreja também possibilita novas compreensões acerca da deficiência, alternando a forma de compreendê-la entre as concepções religiosas mística e metafísica e as concepções médica, biológica, orgânica, porém sem ampliar qualquer acesso ao conhecimento ou escolas.

A Idade Moderna, segundo Aranha (2005, p. 13), é marcada pela organicidade, período no qual se “[...] defende que as deficiências são causadas por fatores naturais e não por fatores espirituais, transcendentais”. Nesse período, a medicina evolui, fazendo ruir o monopólio religioso; contudo, também é nessa época que testes físicos e isolamento da pessoa com deficiência ocorrem em hospitais e asilos. Paralelamente, o crescimento do capitalismo impõe limites a toda pessoa que não esteja “apta” ao trabalho manual, extraindo o máximo de sua capacidade corporal.

As pessoas com deficiência constituem um dos grupos sociais e economicamente mais excluídos e segregados da história e, segundo Martins et al. (2012, p. 45), “para esta realidade, muito tem contribuído a invisibilidade social



das pessoas com deficiência, numa lógica em que invisibilidade e exclusão recursivamente se perpetuam” . Para Martins *et al.* (2012, p. 46),

A análise da deficiência enquanto questão social é um fenômeno recente. Na verdade, constituída pela biomedicina moderna ocidental como uma forma particular de patologia (Striker, 1999; Martins, 2006), a deficiência tem sido reduzida às “inconformidades” do corpo individual e a uma concepção fatalista de “tragédia pessoal” (Oliver, 1990). Desse modo, os constrangimentos e barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam no seu dia a dia tendem a ser naturalizados enquanto produto das suas putativas limitações funcionais (grifos dos autores).

A compreensão da deficiência como uma questão social está, também, na dependência de a sociedade assumir sua responsabilidade no processo de inclusão, pois, “A história da humanidade sempre foi marcada pela segregação e exclusão econômica, política, social e cultural das pessoas com deficiência, afetando, principalmente, àquelas pertencentes às classes exploradas” (CARVALHO; ROCHA; SILVA, 2013, p. 18).

Segundo Maior (2015), o envolvimento da pessoa com deficiência na vida comunitária também depende dessa dependência, já que a deficiência é uma construção social. De acordo com a autora, segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência CDPD (BRASIL, 2012), deficiência é um conceito em evolução, de caráter multidimensional sendo que esse novo conceito não se limita ao atributo biológico, pois se refere à interação entre a pessoa e as barreiras ou os elementos facilitadores existentes nas atitudes e na provisão de acessibilidade, de tecnologia assistiva e acesso ao conhecimento culturalmente produzido ao longo dos tempos. Maior (2015, p. 2)-afirma que:

É importante ressaltar que a **Convenção adotada pela ONU** é resultado da mobilização internacional das pessoas com deficiências; no Brasil, o tratado foi incorporado à legislação como marco constitucional, segundo o Decreto 6049/2009 e, como tal, seus comandados determinam a mudança conceitual da deficiência e da terminologia para pessoas com deficiência (BRASIL, 2009) (Grifos nossos).



Segundo os apontamentos de Maia (2013), a CDPD, organizada pela ONU em 2006, influenciou diretamente o Brasil, pois a legislação passa a conter o conceito de deficiência com base no modelo social, superando o modelo médico de deficiência até então vigente. Nesse sentido, Maia (2013, p. 2) afirma: “Nota-se que a convenção não apresenta um conceito unicamente médico de pessoa com deficiência, como era a prática até então, adotando um conceito que prioriza a dimensão social”.

Segundo Maia (2013), o artigo 4º do decreto nº 3.298/1999 - regulamentado pelo decreto nº 5.296/2004 - usava como entendimento legal apenas o entendimento médico para a definição de pessoa com deficiência gerando desacordo com a CDPD, para a qual, no entanto, o conceito de deficiência apresenta uma conotação baseada no modelo social, conforme segue: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, **em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades (sic) de condições com as demais pessoas**” (BRASIL, 2012, p. 16, grifos nossos).

Assim, para Maia (2013, p. 4),

A Lei nº 12.435/2011, que altera a Lei nº 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, já adota a nova terminologia (“pessoa com deficiência”) e faz constar da lei alterada, em seu art. 20, §2º, I, o conceito de pessoa com deficiência trazido pela Convenção da ONU e, assim, está consentânea com o sistema constitucional brasileiro. [...] A mesma Lei nº 12.435/2011 incorpora na Lei nº 8.742/1993 conceito de “impedimento de longo prazo”, integrante do conceito de pessoa com deficiência trazido pela Convenção da ONU, em seu art. 20, §2º, II. [...] Também o Decreto nº 7.612/2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, já traz definição de pessoa com deficiência consentânea com a Convenção da ONU.

Importante destacar que a CDPD, em 2006, não apenas colocou a pessoa com deficiência em destaque após séculos de anonimato nas questões sociais, como também possibilitou que ela fizesse parte das formulações políticas.



Segundo Barbosa e Barros (2020, p. 40), “[...] a deficiência é definida como uma experiência relacional do corpo com impedimentos e a diversidade de barreiras que se apresentam na vida cotidiana em sociedade, culminando em restringir a participação dessas pessoas”.

Partindo dessa visão, este artigo relata sobre a contribuição do Curso Pré-Vestibular da Unioeste e do PEE na inclusão do aluno com deficiência no curso pré-vestibular, bem como o enfrentamento das barreiras de acesso ao Ensino Superior no estado do Paraná e da participação da pessoa com deficiência em todas as esferas sociais, em especial a educacional.

2.1 Reserva de Vagas para Pessoa com Deficiência no Vestibular

Marcos históricos internacionais com a finalidade de discutir e gerar ações no campo educacional foram fundamentais para o Brasil na construção de legislações e diretrizes norteadoras. É o caso da Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, Tailândia (1990)-e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, Acesso e Qualidade, ocorrida em Salamanca no ano de 1994-e que foi um passo importante para discutir

[...] questões relacionadas ao direito à educação e a construção de um sistema educacional inclusivo na perspectiva de atender às diferentes necessidades dos estudantes decorrentes de suas condições individuais (as deficiências, por exemplo), socioeconômicas ou culturais.

A ampliação do debate a partir da Conferência de Salamanca (1990), trouxe inúmeras mudanças, uma delas seria a inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade e super dotação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promovendo a atendimento educacional especializado (FREITAS; BAQUEIRO, S.D).



Outra importante ação para o rompimento de barreiras e acesso ao ensino superior foi o Programa Incluir, criado em 2005 pelo governo federal com o objetivo de fomentar a criação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, reforçando o compromisso estabelecido posteriormente pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2006) e ratificado pelo Brasil no Decreto nº 6 949/2009, conceituando as pessoas com deficiência como “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009).

Segundo Diniz (2007), o acirramento das discussões acerca do modelo social da deficiência, com mais intensidade a partir dos anos 1980, buscava transferir do discurso médico para uma definição sociológica de deficiência, apontando que “[...] a experiência da opressão pela deficiência era resultado da ideologia capitalista” (DINIZ, 2007, p. 58). Para a autora, o modelo social de deficiência passava por uma mudança importante promovendo o debate juntamente com a luta feminista e agregando-a, de forma semelhante, ao modelo de opressão do corpo lesionado (DINIZ, 2003). “Assim como as mulheres eram oprimidas por causa do sexo, os deficientes eram oprimidos por causa do corpo com lesões - essa era uma aproximação argumentativa que facilitava a tarefa de dessencializar a desigualdade” (DINIZ, 2007, p.59).

Garantir o ingresso do aluno com deficiência na universidade passa ser imperativo na continuidade do processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como: atenção, memória, consciência, pensamento, atenção, fala, pensamento; que ocorre através da apropriação do conhecimento científico historicamente acumulado (VIGOTSKI, 2019) e transmitido através da universidade.

Nessa linha, a UNIOESTE, no ano de 2022, abre inscrições para o vestibular, destinando em seu quadro de vagas 5% para pessoas com deficiência,



garantindo não apenas o ingresso, mas também, recursos humanos e materiais para o atendimento educacional especializado, por meio do PEE e previstos em edital:

Art. 2º Institui 5% (cinco por cento) das vagas dos cursos de Graduação e Pós-graduação para a pessoa com deficiência, excedendo às vagas ofertadas.
Art. 5º O(a) discente ingressante por meio de vaga assegurada para a pessoa com deficiência nos cursos de Graduação e Pós-graduação da Unioeste é acompanhado(a) pelo Programa de Educação Especial (PEE) e pela Assessoria Técnica de Assistência Estudantil (ATAE).

Parágrafo único: Mediante a matrícula da pessoa com deficiência cabe à Coordenação Acadêmica informar a Coordenação de Curso para que esta, em conjunto com PEE e a ATAE faça o levantamento e encaminhamento para solicitação de recursos humanos e materiais necessários para o atendimento educacional especializado ao discente.

Art. 6º Cabe à instituição prover os recursos necessários à implantação de vaga assegurada para o ingresso nos cursos de Graduação e Pós-graduação da Unioeste, bem como promover programas de apoio para garantir o atendimento das necessidades do(a) discente que usufrui do direito à vaga assegurada para a pessoa com deficiência (RESOLUÇÃO Nº 003/2022-CEPE, DE 24 DE MARÇO DE 2022).

Toda pessoa com deficiência deve ter seu direito de acesso à universidade garantida por lei. Em praticamente toda a história humana, a pessoa com deficiência teve negada sua participação social, contudo, a partir das últimas décadas e através de muita luta, a possibilidade de ingresso passou a ser garantida por legislação específica. Para tanto, criar condições de acesso à universidade antecede o vestibular e se faz necessário. A seguir vamos descrever o histórico do curso pré-vestibular da Unioeste e relatar acerca da presença da pessoa com deficiência nesse espaço.

2.2 Curso Pré-Vestibular da UNIOESTE

O curso pré-vestibular da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE faz parte do projeto de extensão e prepara estudantes do ensino médio para o vestibular da própria universidade e para o Exame Nacional do Ensino



Médio - ENEM. O curso surgiu em 2007, com objetivo de atender alunos de baixa renda que concluíram ou estão concluindo o ensino médio e desde então, abre vagas anualmente. A partir de 2012, passou a ofertar duas turmas com 110 vagas no total e atualmente são ofertadas 140 vagas. As aulas ocorrem no período noturno, de segunda-feira a sexta-feira, com atividades complementares aos sábados, como por exemplo reforço em matemática, história, redação-e literatura.

Os alunos são selecionados em entrevista, de acordo como critérios sociais e econômicos pré-estabelecidos em edital. As aulas iniciam em fevereiro e são ministradas por professores da graduação, alunos formandos e monitores da UNIOESTE, que trabalham em sala aula, desenvolvem materiais de estudo e orientam em atividades de reforço. Segundo Santa Catarina et al (2014, p.2):

Estas atividades, em seu conjunto, incentivam a reflexão sobre a relação entre o conhecimento produzido e transmitido na universidade e o processo de conhecimento realizado no ensino médio, por meio das quais, os professores (orientadores) encontram um espaço para rever e confirmar seus pressupostos teóricos e produzir outras análises sobre a realidade social.

O período em que os alunos frequentam o curso pré-vestibular da universidade constitui uma rica experiência para compreensão da dinâmica da organização dos estudos e da importância da troca de conhecimento entre professores/graduandos e alunos. No caso de turmas com pessoas com deficiência, o ambiente de troca entre colegas e o contato com a pessoa com deficiência, pode se constituir no primeiro contato para alguns alunos.

2.3 Inclusão no curso pré-vestibular da UNIOESTE

Segundo dados do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais da Unioeste, estima-se que aproximadamente 11 alunos com deficiência frequentaram o curso pré-vestibular. O Quadro 1



apresenta os alunos denominados “A” a “L” e descreve a deficiência e o atendimento educacional especializado (AEE) prestado ao aluno pelo PEE.

ALUNO	DEFICIÊNCIA	APOIO DO PEE	ANO INGRESSO
A	Surdez	Intérprete de Libras	2010
B	Surdez	Intérprete de Libras	2014
C	Surdez	Intérprete de Libras	2014
D	Surdez	Intérprete de Libras	2014
E	Surdez profunda bilateral	Acompanhamento de intérprete de libras em sala	2017
F	Deficiência visual	Adaptação de texto (PEE)	2018
G	Baixa visão e fala comprometida	Ledor, transcritor, apoio integral em sala de aula, apoio em estudos e tarefas, adaptação de textos, ampliação de textos (PEE).	2019
H	Deficiência visual/cego	Ledor, transcritor, apoio em sala de aula, adaptação de textos (PEE)	2019
I	Baixa visão em ambos os olhos	Adaptação de texto (PEE)	2019
J	Surdez	Acompanhamento de intérprete de libras em sala	2019
L	Surdez	Acompanhamento de intérprete de libras e docente de AEE	2022

Fonte: Elaboração dos autores.

O docente de AEE proporciona ao aluno o desenvolvimento da capacidade reflexiva, a criação do hábito de leitura, organização do tempo e a frequência de estudos, focando em ampliar ou criar autonomia do aluno e promover a inclusão. Nesse sentido, é necessário cada vez mais estimular o acesso da pessoa com deficiência proporcionando as adaptações necessárias para sua efetiva permanência. Segundo Santa Catarina et al (2014, p. 4):

[...] o Curso Pré-Vestibular vem se fortalecendo ano após ano, beneficiando um número cada vez maior de pessoas, entre elas deficientes físicos, visuais e auditivos, os quais recebem auxílio do Programa de Educação Especial (PEE) por meio de intérprete de Libras, ampliação de material e acessibilidade aos cadeirantes. Para estes alunos, está se torna uma



oportunidade única de preparação para o vestibular, a qual não se repete em outros cursos pré-vestibular, mesmo os pagos.

O curso é gratuito e possibilita o acesso de pessoas de baixa renda, e da pessoa com deficiência, podendo ser a única ferramenta de preparação para o vestibular. Ressalto o papel social do curso pré-vestibular e do PEE no sentido de oportunizar não apenas a possibilidade de concorrer, mas trazer equidade na disputa do concurso vestibular.

3 DISCUSSÕES E ANÁLISES

O relato trata da participação de uma aluna surda estudante do curso pré-vestibular da UNIOESTE, no ano de 2022. Foram coletadas informações do intérprete de Libras e da docente de AEE, bem como a percepção da própria estudante. O objetivo é relatar a experiência, os desafios, as barreiras, as sugestões e outras situações vivenciadas pela estudante-com deficiência no curso pré-vestibular.

3.1 Relato de Intérprete de Libras X

O intérprete relata que na turma de 2022 há apenas uma educanda com deficiência, que é surda e apresenta deficiência física. A aluna utiliza a língua de sinais para a sua comunicação. Pelo fato de o intérprete também ser uma pessoa com deficiência física (cadeirante), entende-se a importância da inclusão e é notório o esforço da educanda em envolver-se com os demais, mesmo com a diferença comunicacional.

A presença no cursinho pré-vestibular de pessoas com deficiência é importante para a sua socialização, sua inclusão social e educacional, bem como para a quebra de barreiras atitudinais, algo que é extremamente positivo. Percebe-



se que se houvesse um espaço educacional bilíngue traria maior aproveitamento para a educanda e um maior conforto linguístico, mas para tanto, seria necessário que todos os educadores soubessem a língua de sinais. Também seria importante a inclusão da língua de sinais como disciplina curricular do cursinho. A acessibilidade arquitetônica na sala de aula era boa e os educadores sempre solícitos, com o intérprete e com a educanda. Sobre os colegas de turma, estes demonstravam-se sempre dispostos em ajudá-la, inclusive emprestando o caderno para as anotações quando necessário.

Do ponto de vista didático, para a atuação com a educanda surda no Cursinho pré-vestibular, se torna interessante a utilização de material concreto e tablets, nas disciplinas de matemática e ciências, por exemplo. Pelo fato de a pessoa surda receber as informações do mundo ao seu redor visualmente, a utilização destes materiais facilita o entendimento e ajuda até mesmo a atuação do intérprete. Também é imprescindível para o bom trabalho de interpretação o fornecimento antecipado do material que será utilizado na aula para a preparação do intérprete, fato que nem sempre ocorre.

3.2 Relato do Intérprete de Libras Y

A turma, mesmo não conhecendo a língua de sinais, mostrou-se muito receptiva, interagindo com a aluna por meio de gestos, expressões faciais e textos curtos em português escrito no celular e/ou caderno. Alguns alunos perguntaram sobre a existência de curso de Libras no *campus*. É perceptível o crescimento acadêmico da aluna a partir do apoio do docente de AEE e do intérprete em sala. Foram realizados apoios pedagógicos no contraturno do curso pré-vestibular. O Intérprete coloca:

Percebo que se a língua de sinais fosse mais difundida entre colegas e professores, a interação e consequentemente a inclusão da aluna surda seria mais efetiva. Acredito que a língua de sinais poderia alcançar mais



peças e despertar um interesse maior caso cursos de libras fossem frequentes na universidade.

3.3 Relato da Docente de AEE

De acordo com a docente do cursinho pré-vestibular a experiência dela foi fascinante. A docente relata que frequentou o curso pré-vestibular da Unioeste como aluno no ano de 2008. Estudou em escola pública por todo período escolar e o cursinho foi essencial, pois aprendeu diversos conteúdos que jamais tinha visto durante o ensino médio.

Para os alunos, o curso pré-vestibular é um guia, eles nem sempre sabem por onde começar, são vários conteúdos, e o cursinho proporciona oportunidade para solucionar questões cobradas no vestibular, receber “feedback” dos professores e progredir no estudo. Cabe a ressalva que somente as aulas não são suficientes, é muito importante ter rotina de estudos, foco, solucionar exercícios, leitura, ficar atento as atualidades e realizar testes para praticar raciocínio da banca que está aplicando prova do vestibular.

A docente afirma que foi elaborado um cronograma semanal de estudos, envolvendo o acompanhamento dos acontecimentos do Brasil e do mundo e o trabalho com temas como: mineração em terras indígenas, auxílio Brasil, reforma eleitoral, tragédia de Petrópolis, aumento de combustíveis, atualidades internacionais: Ucrânia X Rússia, COVID-19. Como metodologia para os apoios pedagógicos, utilizou-se leitura dirigida, discussão e confecção de resumos sobre os temas propostos para verificação da apropriação do conhecimento. Foram aplicadas provas dos vestibulares anteriores de 2013 até 2021 e os possíveis temas de redação para 2022: cultura do cancelamento no meio virtual, evasão escolar e domiciliar, a volta às aulas X o ensino domiciliar, saneamento básico, educação financeira, internet prejudicial à saúde (mitos e verdades), mobilidade urbana, bullying e cyberbullying, violência doméstica e águas subterrâneas.



Nas disciplinas de filosofia e sociologia, como forma de reforço extraclasse, os temas estudados foram introdução a filosofia, epistemologia antiga e medieval, epistemologia moderna, estética, ética da antiguidade à modernidade, filosofia política da antiguidade ao renascimento, filosofia política moderna e contemporânea, metafísica e ontologia, filosofia contemporânea, lógica formal e filosofia da ciência. Para contribuir com o aprendizado foram utilizados recursos didáticos como projetor de vídeo e notebook, para aprendizado devido da modalidade visio-espacial da forma como o surdo aprende.

A docente afirma que sempre leva em consideração o estímulo e a participação dos alunos nos apoios, oferecendo o máximo de recursos visuais, gráficos entre outros, especificando passo a passo e a execução das tarefas diárias.

Todas as intervenções tinham objetivo de sanar dúvidas e as dificuldades, para contribuição e evolução do pensamento do aluno e seus erros como possibilidade de compreender o que ele sabe ou precisa naquele momento para poder avançar. As seguintes reflexões eram realizadas após os apoios: será que o aluno interiorizou conteúdo? Quais foram as evidências? Quais caminhos utilizou para determinadas respostas? O que eu posso melhorar enquanto profissional? Quais foram os momentos de superações e conquistas? Mediante estas perguntas realizava adaptação das aulas extra classe (apoios) e melhorando em conjunto com aluno.

A docente encerra o relato dizendo que “O que importa é não desistir, e se colocar enquanto sujeito que escreve a sua própria história, sendo assim, logo o dia da aprovação chega, e com ela alegria dessa passagem linda, de estudante para acadêmico rumo ao profissionalismo.”

3.4 Relato da Aluna Surda

A experiência no curso pré-vestibular deixou várias memórias boas para o estudante. Ela fez amigos e interagiu com os colegas, que não se limitaram por



ser surdo, e conversam por mensagens no celular e gestos. Acessou o conteúdo e compreendeu o que os professores explicavam por intermédio do intérprete de Libras.

Quanto ao atendimento do PEE, a estudante relata que estudou os conteúdos e as provas dos vestibulares anteriores e os temas de redação, como podemos constatar no relato a seguir:

Fico feliz de poder disputar vaga PCD porque minha língua é diferente dos ouvintes e não consigo participar da aula sem intérprete. Os professores do cursinho, apesar de não conhecerem a Libras, foram muito acessíveis, mandaram o conteúdo por celular, perguntaram se eu estava aprendendo, se preocupavam, me incluíram nas aulas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso pré-vestibular muito mais do que conteudista, é uma ferramenta de reinserção social de alunos periféricos. Por mais que as vezes a aprovação não venha, ficam cientes que a universidade é um espaço deles e para eles e vislumbram um encontro social dos que compartilham da mesma realidade e hoje encontram-se formados e trabalhando em suas respectivas carreiras com maestria.

Ao iniciar o curso pré-vestibular, passa a pairar sobre as cabeças dos estudantes a temida ou esperada escolha pelo curso de atuação dentro da universidade. Alguns acreditam conhecer sua predileção desde os primeiros dias, outros sequer sabem a diferença entre bacharel e licenciatura. Independentemente de qual seja a realidade desse ou daquele estudante, a vivência e os estudos durante o cursinho acabam por, ao menos, permitir vivenciar e perceber outras realidades, abrindo possibilidades para outros cursos.

O processo de atendimento educacional especializado também gera uma transformação para os estudantes, mas para isso devem ser percebidas suas dificuldades e aptidões, para assim compreender melhor qual o caminho



profissional que deve ser seguido. Os estudantes relatam que com o passar do tempo, há uma transformação como ser humano e como futuro acadêmico.

A respeito dos desafios vivenciados, ressalta-se no caso da pessoa com deficiência, que “O acesso à educação é uma garantia constitucional, sendo expresso no art. 5º (AUGUSTO, 2020, p. 19)”. Nesse sentido, o PEE no cumprimento de suas atribuições contribui para o ingresso na graduação através de um processo gradativo que respeita o tempo desse aluno em se adaptar ao contexto do curso pré-vestibular, colaborando para a quebra de barreiras.

A pessoa com deficiência tem direito a um ambiente em que possa realizar as suas atividades e desenvolver suas habilidades. O PEE garante um espaço de estudos com as devidas adaptações necessárias e o apoio de docente especializado. O aluno pode solicitar uma sala separada para realizar as provas e trabalhos quando necessário, com 50% de tempo adicional, intérprete em sala de aula ou apoio, material adaptado e tecnologias assistivas para o melhor rendimento educacional.

Nos diferentes momentos históricos percebe-se que ações ou discursos excludentes da pessoa com deficiência estiveram presentes em todas as etapas da vida humana: discursos pejorativos, estigmas negativos, status de doença, discriminações, agressões e isolamento da pessoa com deficiência geraram enorme sofrimento a essas pessoas. Todos esses discursos contribuíram, além de outras ações de exclusão, para a falta de acesso da pessoa com deficiência ao conteúdo científico estudado nas escolas e universidades.

Nas discussões e relatos dos diversos profissionais que apoiam o aluno com deficiência no curso pré-vestibular e, posteriormente, na universidade através do PEE, fica evidente o papel desses profissionais no rompimento de barreiras, condição necessária para possibilitar o acesso da pessoa com deficiência ao meio acadêmico. O curso pré-vestibular cumpre um importante papel, o de porta de entrada do acesso ao conhecimento e da reflexão do ser humano como agente histórico-social; ser que reflete, discute e atua ativamente na sociedade.



É importante registrar que o processo de acesso do estudante com deficiência ao curso pré-vestibular ainda enfrenta vários desafios a serem superados, conforme podem ser observados nos relatos, tais como: o reduzido número de alunos com deficiência no curso pré-vestibular, a falta de conhecimento da língua de sinais por professores (espaço educacional bilíngue) e o reduzido investimento em materiais de acessibilidade e tecnologia. Contudo, a UNIOESTE como uma instituição pública e de relevância incontestável, apesar de todas as dificuldades que enfrenta, garante nos concursos de vestibular, banca especial e percentual de vagas destinadas às pessoas com deficiência, com todas as adaptações possíveis.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Paradigmas da Relação entre a Sociedade e as Pessoas com Deficiência**. Ministério Público da União. Ministério Público do Trabalho. Revista do Ministério Público do Trabalho / Procuradoria-Geral do Trabalho — Ano XI, n. 21 (março, 2001) — Brasília.

ARANHA, M. S. F. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília, 2005.

AUGUSTO, M. Â. M. **Experiência de pessoas com deficiência no trabalho: o papel e a importância da família**/ Maria Ângela Mossini Augusto, -- Marília, 2020. 75 p.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da educação especial. **Rev. bras. educ. espec.** 1995, vol.02, n.03, pp.07-19. ISSN 1413-6538. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-65381995000100002&script=sci_abstract. Acesso em: 26 jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.



BRASIL. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Diário Oficial da União, Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. **Lei 12. 711 de 29 de agosto de 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em 20 de jul. de 2022.

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015** - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 20 de jul. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/** Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. p. 27-31.

CARVALHO, A. R. *et al.* **Pessoa com deficiência na história: modelos de tratamento e compreensão.** In: PEE – Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

DINIZ, D. **Modelo Social da Deficiência: A Crítica Feminista.** Série Anis 28, Brasília, Letras Livres, 1-8, julho, 2003.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007 - (Coleção Primeiros Passos).

FREITAS, M. A. G.; BAQUEIRO, D. F. A. Políticas públicas e as pessoas com deficiência no ensino superior no contexto brasileiro. In: VIII Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste, 6 a 8 de dezembro de 2014, Salvador, Brasil. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Educação. Salvador. **Anais** [...]. Bahia, 2014.

MAIA, M. **Novo Conceito de Pessoa com Deficiência e Proibição do Retrocesso.** 2013 Disponível em: https://pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/novo_conceito_de_pessoa_com_deficiencia_e_proibicao_do_retrocesso.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

MARTINS, B. S.; FONTES, F.; HESPANHA, P.; BERG, A. A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 98, p. 45-64, set. 2012.



MAIOR, I. M. M. de L. **História, conceito e tipos de deficiência.** São Paulo: **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, 2015.

Disponível em: <http://www.deficienciavisual.pt>. Acesso em: 26 jun. 2022.

OLIVEIRA, A. S. S. **Alunos com deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão na UNIMONTES.** 174f. Tese (Doutorado em Educação) - São Carlos: UFSCar, 2011.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

RODRIGUES, A. P. N.; LIMA, C. A. de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. *Interritórios. Revista de Educação.* Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru, BRASIL, v. 3, n. 5, 2017.

SANTA CATARINA, A. *et al.* **Curso pré-vestibular da UNIOESTE – Um ambiente interdisciplinar para formação de educadores.** 31º SEURS - Seminário de Extensão Universitária da Região Sul – SC. Universidade Federal de Santa Catarina. 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117403>. Acesso em: 26 jun. de 2022.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Completas – Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia.** / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. – Cascavel-PR: EDUNIOESTE, 2019.

Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica.** Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/publicacoes-secretarias/semesp/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica>. Acesso em: 08 de ago. de 2022.

Recebido em: 16-08-2022

Aceito em: 03-10-2022

